

Mobutu num beco sem saída

Depois de ter concordado com a democratização, o ditador zairense voltou atrás e provocou uma crise que o desgastou perante o povo, revoltado com a corrupção nas esferas do poder



Tshisekedi cumprimenta Mobutu (dir.) ao ser designado primeiro-ministro em 1991

Beatriz Bissio

Em novembro de 1965, o comandante do Exército do Zaire, Mobutu Sesse Seko, tomou o poder e prometeu a seus seguidores — notadamente a Étienne Tshisekedi, então membro de seu governo — que respeitaria o multipartidarismo.

Infelizmente para o país, o impulso democrático de um dos mais antigos di-

tadores da África durou pouco. Em 1967, Mobutu fundou o Movimento Popular Revolucionário e o manteve como partido único durante décadas.

Nos anos 80, dirigentes que inicialmente tinham colaborado com Mobutu se juntaram às correntes que lutavam pela democratização do país. Entre eles estavam Kibasa Maliba e o próprio Tshisekedi, hoje primeiro-ministro legitimamente eleito. Ambos ajudaram a

fundar a União pela Democracia e o Progresso Social (UDPS), que nasceu em oposição a Mobutu e ao que ele representava, num momento em que o regime autoritário era ainda muito forte.

O partido tinha como estratégia e como única arma a disposição de lutar democraticamente, de seguir o caminho da não-violência. Participando da Internacional Socialista como “partido convidado” (*guest international party*) a UDPS é hoje, como demonstra o passado recente, o maior partido de oposição no país.

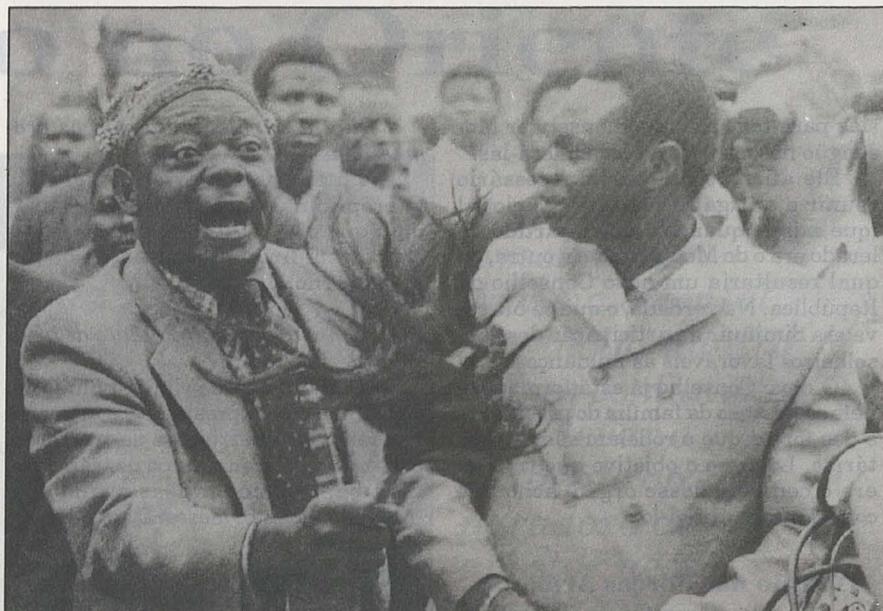
Jean Louis Kalambaie N’Gala, cientista político formado na França, ex-vice-presidente e hoje representante da UDPS na África do Sul, conversou com **cadernos do terceiro mundo** em Johannesburgo sobre as perspectivas do processo de democratização nesse país chave da África central.

Kalambaie N’Gala foi presidente da UDPS na sub-região de Kolwezi, na província de Shaba, onde se encontra a maioria das minas de cobre e uma das áreas economicamente mais fortes do Zaire.

Maior produtor mundial de cobalto e um dos mais importantes exportadores de cobre, o Zaire possui também enormes reservas de outros minerais, entre eles urânio, manganês e estanho. Mas a corrupção em todos os níveis do governo e a má administração exauriram a economia do país e provocaram uma drástica queda na produção (das 15 mil toneladas de cobalto que produzia, hoje só produz 1.500, por exemplo).

A crise está tendo dramáticas sequelas sociais: hoje, um operário zairense ganha o equivalente a no máximo 3 dólares por mês e um diretor de empresas entre 10 e 30 dólares mensais. Essa situação provoca fome e está levando o povo ao desespero, denuncia Kalambaie N’Gala. Para ele, esse quadro vai acabar obrigando os militares a se sublevar contra o ditador, ficando do lado do povo.

Kinshasa: moradores observam as marcas deixadas por vários dias de choques entre civis e forças do governo



Transição abortada

A transição para a democracia no Zaire parecia irreversível quando foi empossada a Conferência Nacional, que deveria definir o caminho para a superação do autoritarismo. Mas, o fato de Mobutu ter desconhecido as decisões desse órgão pode ter frustrado o processo. Como está a situação atualmente?

— Os trabalhos da Conferência Nacional duraram dois anos, muito mais que outros similares na África. Durante esse tempo, praticamente todas as organizações políticas e civis de nosso país se reuniram para negociar sobre certos princípios de gestão do governo de transição.

O processo culminou com a eleição do primeiro-ministro Ethienne Tshisekedi em 15 de agosto de 1992. Ele foi eleito por todos os representantes da Conferência Nacional, reconhecida e legitimada pelo povo.

Logo após as eleições, o presidente Mobutu — numa atitude de homem de Estado — enviou suas felicitações ao primeiro-ministro escolhido, mesmo não tendo sido seu candidato. Esse fato foi muito bem recebido por todos, pois demonstrava que o antigo ditador desejava se engajar em um processo democrático.

Mas os problemas surgiram logo, no momento da formação do governo...

— É verdade. Antes que Tshisekedi formasse seu governo, Mobutu tentou lhe impor condições, contrariando as resoluções da Conferência Nacional, que determinava que o primeiro-ministro fosse livre para escolher a sua equipe. Tshisekedi finalmente compôs seu governo, de uma forma bem representativa, porque continha pessoas da esfera de influência presidencial e da oposição.

Infelizmente, o primeiro-ministro foi impedido de trabalhar e não conseguiu ultrapassar três meses de gestão. O primeiro e maior problema surgiu na gestão dos órgãos financeiros, particularmente do Banco Central. Mobutu

não queria que Tshisekedi — autorizado a gerir totalmente os órgãos do Estado, de acordo com os princípios definidos pela Conferência Nacional — mudasse a orientação do banco.

Mobutu, que sempre administrou o Zaire como uma propriedade pessoal, não queria perder as chaves do cofre...

— Exatamente. Tshisekedi foi categórico: não aceitaria que a responsabilidade pelo Banco Central ficasse com Mobutu. Em consequência deste atrito, o presidente começou a criar empecilhos à gestão de Tshisekedi e terminou por destituí-lo.

Qual foi a posição da UDPS?

— O nosso partido, vencedor das eleições, desconheceu a destituição, dado que Tshisekedi foi eleito pela Conferência Nacional e que a Corte Suprema se pronunciou sobre a sua legitimidade. Quando Mobutu nomeou outro primeiro-ministro, nós continuamos a funcionar fora da estrutura do Estado. A partir daí, Mobutu começou a frear o processo de democratização.

Governo paralelo

Quer dizer que hoje o Zaire tem dois governos, o legítimo, mas que não controla as estruturas do Estado, e o que Mobutu impôs, violando os acordos, mas que controla as principais instituições.

— É verdade. Mobutu controla o

Exército e todas as forças repressivas. E, principalmente, continuou a gerir as finanças da República. Nosso governo está fora das estruturas do Estado, mas ao menos a população segue nossas resoluções.

A Conferência Nacional tinha caráter permanente?

— Não. Era temporária; mas estava previsto um órgão encarregado de pôr em execução as suas resoluções, que devia atuar como um Parlamento durante o período de transição. Esse órgão é o Conselho da República. Ele chegou a ser empossado depois da Conferência Nacional ter concluído os seus trabalhos.

Mas havia muitos membros do Conselho da República que desejavam romper com a antiga ordem, e o que as pessoas do círculo presidencial e o próprio Mobutu não aceitaram. Foi assim que começaram manobras para rediscutir as resoluções da Conferência Nacional.

Monsenhor Laurent Mosengüo Nya-Pasinya — eleito democraticamente pela Conferência Nacional para dirigir a transição e garantir a legitimidade e a legalidade — nos fez reinaugurar a Assembléia Nacional, obedecendo à vontade de um só homem, o presidente Mobutu.

Ele foi pressionado por Mobutu e ce-deu?

— Aparentemente sim. Mas ninguém no Zaire compreendeu sua atitude.

O fato é que, mesmo tendo sido as resoluções fruto de longo debate e satisfató-

rias para todo mundo, monsenhor Mosengüo nos obrigou a reconsiderá-las.

Ele afirmou que seria necessário reunir a antiga Assembléia Nacional (que existia quando o único partido tolerado era o do Mobutu) com a outra, da qual resultaria um novo Conselho da República. Na verdade, o que se buscava era diminuir a participação dos conselheiros favoráveis às mudanças.

O novo Conselho já está formado, e nele as pessoas da família do presidente e das forças que o rodeiam são majoritárias. Logo, se o objetivo que tinham era o controle desse órgão, acho que conseguiram atingi-lo.

Divisão nas Forças Armadas

Os partidos políticos estão na ilegalidade?

— Não. Eles continuam funcionando.

Existe liberdade de expressão?

— Na prática, são sempre os círculos ligados a Mobutu que se expressam na rádio e na televisão. Eles controlam os meios de comunicação. Os outros partidos não têm nenhum acesso. Alguns partidos políticos da oposição conseguem se manifestar nos poucos e raros jornais favoráveis às mudanças. Mas, para nos fazer ouvir, geralmente só contamos com a mídia estrangeira.

Qual a estratégia das forças progressistas?

— Lutar por um governo legítimo. O próprio monsenhor Mosengüo afirmou que era absolutamente necessário pôr um fim a essa situação de duplo governo.

Quanto duraria o mandato de transição de Tshisekedi?

— O mandato do primeiro-ministro, assim como o do presidente e mesmo a validade das instituições da transição, deve coincidir com a etapa de transição. Ou seja, segundo nossas avaliações, mais ou menos 18 meses. Depois viriam as eleições.

Para a presidência também?

— Sem dúvida.

Em nosso continente, a América Latina, mais particularmente na América do Sul, tivemos longos anos de ditaduras militares. Elas acabaram caindo pela resistência do povo e, também, porque em muitos casos as Forças Armadas se dividiram.

O sr. acredita que a luta do povo do Zaire pela recuperação da democracia acabará por entrar nas casernas? É possível uma divisão dos militares?

— Eu tenho certeza que isso vai acontecer. O povo zairense não aceita mais a permanência de Mobutu no poder. As

Forças Armadas estão com a oposição, que é dirigida por Ethienne Tshisekedi. Mas elas não podem se expressar abertamente.

De qualquer forma, nas Forças Armadas, já existe uma divisão criada pelo próprio presidente, que organizou um exército privado no interior das forças nacionais, composto na sua maioria de gente da sua mesma tribo. A sua tática é *dividir para reinar*, a mesma que usa com a sociedade civil.

Mas chegará um momento que os militares que forem favoráveis às mudanças ficarão do lado dos civis. Diversos fatos mostram que, em certa medida, o poder no Zaire já está nas mãos do povo. O que falta a este povo são "simplesmente" as armas.

Qual seria um desses fatos?

— Eu lhe darei um exemplo. O governo ilegal de Mobutu, que era dirigido por Faustin Birindua, há alguns meses emitiu uma nova moeda. Esta moeda praticamente não funciona no Zaire. Há regiões no país que utilizam até o dólar ou outras moedas estrangeiras em suas trocas, mas não usam a nova moeda.

Quais seriam os próximos passos da UDPS?

— O nosso objetivo é a conquista do poder através da não-violência. Enquanto isso, a ditadura utiliza abertamente as armas para matar os militantes da oposição. Mas hoje em dia a sua maior arma, que é invisível, é a fome.

Fala-se muito da mortalidade infantil em países como Moçambique. Os números são assustadores, mas a fome naquela parte da África não se pode comparar à do Zaire.

Porém, como os meios de comunicação estão completamente bloqueados, no resto do mundo se pensa que a vida no Zaire segue seu curso "normal". Não é assim; vivemos uma grande catástrofe. Não podemos prever o que pode acontecer. Mesmo a oposição poderia não ser capaz de controlar atos de desespero da população.

Qual é a saída possível?

— Assegurar a realização de eleições livres e transparentes com observadores internacionais.



Militantes da oposição fazem um protesto em frente ao palácio presidencial